

## REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA

A situação actual da Região Autónoma da Madeira, quanto à higiene dos alimentos, na sua generalidade, não difere muito do panorama nacional dado que apresenta a mesma matriz cultural e económica.

No entanto, existem alguns factores estruturais e handicaps permanentes que caracterizam esta Região, nomeadamente aqueles que se relacionam com a insularidade, que condicionam todas as actividades relacionadas com aquela área.

O facto da Região Autónoma da Madeira ter necessidade de importar cerca de 70% dos bens alimentares que aí se consomem, os quais são transportados na sua grande maioria por via marítima, faz com que haja necessidade de um maior cuidado quanto ao seu transporte e conservação, até chegar ao consumidor final, com particular relevo para os produtos perecíveis.

Aqui, abrimos um parêntesis para recordar que a Norma Portuguesa NP-1524, único documento de orientação, que conhecemos, fixando as características e utilização dos transportes de produtos perecíveis, apenas se aplica aos transportes terrestres.

Isto implica uma grande sensibilização dos agentes económicos envolvidos e uma permanente acção de fiscalização por parte das entidades oficiais com responsabilidades nesse domínio e julgamos que será de grande importância a implantação de estruturas que contribuam para a educação e informação do consumidor madeirense, como é exemplo o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, entre outros, no Continente.

Estamos certos que o Turismo, principal fonte de receitas daquela Região, constitui um "lobby" positivo, através dos operadores turísticos e sobretudo das companhias seguradoras internacionais, os quais procuram obter para os seus clientes o melhor nível de protecção possível.

Em matéria de fiscalização da higiene dos alimentos, na RAM, poderemos apontar como um dos factores mais desfavoráveis o vazio legislativo existente para alguns géneros alimentícios específicos, nomeadamente leite e ovos, resultante do facto de durante um determinado período a legislação nacional não se aplicar à RAM. No entanto, esta situação em breve será ultrapassada com a aplicação para o direito interno nacional de todas as directivas e regulamentos comunitários sobre essas matérias.

De igual modo, também se levantam algumas dificuldades no processamento de certos exames laboratoriais. Se bem que, estejamos aptos a realizar praticamente todos os exames de rotina no campo da microbiologia alimentar, quanto às análises destinadas ao despiste de resíduos químicos estas não são possíveis, dado não existirem a nível regional laboratórios devidamente equipados e preparados para execução desse tipo de exames, tornando-se necessário recorrer a diversos laboratórios no Continente.

Dai, surgirem por vezes problemas com a necessária conservação das amostras, mas, sobretudo com o tempo que leva a obtenção dos resultados o que, nalgumas situações pontuais, pela sua morosidade, tem implicado a inutilização completa de lotes inteiros de produtos perecíveis.

Este problema, no entanto, será resolvido com a construção de um novo Laboratório Regional de Veterinária, cujas obras julgamos ter início no final do presente ano.

Por outro lado, gostaríamos de realçar o grande desenvolvimento económico e social que a Região Autónoma da Madeira apresenta, sobretudo nos últimos dez anos, com o consequente aparecimento de novas unidades hoteleiras, supermercados, restaurantes etc., dotados de equipamentos adequados e pessoal mais preparado, o que contribui fortemente para uma melhoria das condições de higiene e confecção dos alimentos fornecidos por estes estabelecimentos.

Assinala-se também o facto de muitos dos hotéis, supermercados e armazenistas da Região possuírem acompanhamento técnico por parte de médicos veterinários, que controlam a qualidade higiénica dos produtos.

Finalmente, registamos, o ambiente de colaboração existente entre a Direcção Regional de Pecuária, a Direcção Regional de Saúde Pública e a Direcção dos Serviços de Fiscalização Económica, como factor bastante positivo, o que tem permitido ultrapassar muitas das dificuldades que se nos deparam.

Porto, 24 de Maio de 1991

João Carlos Dória

Médico Veterinário  
Director do Laboratório Regional  
de Veterinária da Madeira